

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

INGRID CRISTINI KROICH FRANDJI

DIREITOS FEMININOS NO EGITO ROMANO: O CASO DO P.OXY VI 903

CURITIBA

2013

INGRID CRISTINI KROICH FRANDJI

DIREITOS FEMININOS NO EGITO ROMANO: O CASO DO P.OXY VI 903

Monografia apresentada à disciplina de Estágio Supervisionado em Pesquisa Histórica como requisito parcial à conclusão do curso de História – Bacharelado com Licenciatura no Setor de Ciências Humanas.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Renata Senna Garrafoli.

CURITIBA

2013

Aos que permaneceram ao meu lado diante das adversidades do percurso.

Without you I'm nothing.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos são maiores do que as palavras aqui escritas. Eles se encontram em cada sorriso e vitória compartilhados, em cada momento de alegria ou tristeza, em cada abraço dado. Minha gratidão é imensurável, aqui apenas tento transformar em discurso – esta ferramenta tão útil ao trabalho dos historiadores –, mas não se compara ao que sinto.

Agradeço primeiramente à minha família, sem a qual eu não estaria aqui, cujo apoio foi essencial em todas as etapas da minha vida. Por estarem sempre de braços abertos quando precisei e por serem meu porto seguro, meu muito obrigada.

Poderia me estender ao falar da pessoa mais maravilhosa que conheço e de qual a importância dela na minha vida, mas tentarei ser breve. Mãe, você é um orgulho e uma inspiração, tudo o que você fez por mim – e continua fazendo! – é a coisa mais rica que carrego comigo. Não existem palavras que possam descrever o sentimento que tenho por você, pelo seu companheirismo e, acima de tudo, amizade. Espero um dia ser uma mulher tão forte e guerreira como você, que não se intimida ante os obstáculos da vida. Eu amo você, você é o meu orgulho. Obrigada por estar ao meu lado em todos os momentos.

Nem sei como começar esse agradecimento, porque conheço a Amanda há tanto tempo que as palavras se tornam desnecessárias, mas, ainda assim, quero deixar registrado aqui. Amanda, eu nem consigo colocar em palavras o quanto você me ajudou a crescer, especialmente desde que viemos morar em Curitiba. Obrigada pelas conversas, pelas gordices, pelos abraços prolongados – e olha que eu nem gosto muito de abraços! –, pelas discussões sobre gênero e, principalmente, por me deixar permanecer na sua vida. Amo você.

A Raissa, por ser minha amiga da História e do Metal, por entender muitas das minhas preocupações e me apoiar, por ficar até altas horas da madrugada no *skype* comigo quando eu me sentia sozinha na Alemanha, por dividir comigo shows, risadas, lágrimas, cerveja e teoria feminista.

A Nicolle, por ter se tornado minha amiga, por sempre me animar e ser otimista quando eu só via o lado ruim de tudo; por ser fofinha quando eu sou mal humorada. Por ter dividido comigo cafés, conversas, festas e a vida toda. Pode contar comigo sempre.

Ao Fernando, por ser meu amigo, meu companheiro, a pessoa com quem compartilho minhas alegrias e minhas angústias. Por escolher dividir a vida dele comigo. Por ser a pessoa que escolheu caminhar comigo este percurso complexo que é a vida. Por me ouvir falando de bandas de Doom Metal e teoria feminista. Por me apoiar e por me amar. Você é meu sol.

A Kédma, por ter me aguentado surtando nesse semestre de monografia, por fazer comidinhas gostosas e por ser querida mesmo me conhecendo há pouco tempo.

Ao Alexander, por ser um amigo de todas as horas, por ter acreditado em mim e na minha amizade depois de tanto tempo, e especialmente por ter me aguentado nessa reta final reclamando e me desesperando sobre esta monografia.

Agradeço minha orientadora, Prof^a Dr^a Renata Senna Garrafoli, pela dedicação e paciência em me orientar. Sem sua supervisão, esta monografia sequer existiria.

E agradeço, por fim, a música, pela qual sou apaixonada. Provavelmente não teria feito este curso se não fosse pela música. A música que exprime o que sinto, que me completa, que me representa – ela foi e ainda é importante demais para não ser mencionada.

*They'll take your diamonds and then give you steel
You'll be caught in the middle of the madness
Just lost like them and part of all the pain they feel
And all the fools sailed away*

Dio – All The Fools Sailed Away

RESUMO

O presente trabalho visa discutir de que maneira pode-se analisar um papiro do Egito Romano a partir de entrecruzamentos como gênero, legislação e relações de centro/periferia. Para tal, foi utilizado um papiro de Oxirrinco, no qual uma mulher faz um requerimento contra seu marido por este agredi-la verbalmente e a seus filhos e escravos fisicamente. A partir do documento, foi feita uma discussão acerca das possibilidades de se estudar a história das mulheres no mundo antigo, especialmente em um contexto tão complexo como o Egito Romano. Além disso, foram ressaltados os questionamentos acerca dos estudos pós-coloniais, que permitem uma análise em que modelos generalizantes são deixados de lado para enfatizar o papel de cada sujeito histórico dentro da narrativa histórica.

Palavras-chave: Egito Romano; direitos femininos; estudos de gênero.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 MULHERES, GÊNERO E ANTIGUIDADE: DO CONFLITO AO ESCLARECIMENTO	11
2.1 MULHERES E A PRÁTICA HISTÓRICA.....	11
2.2 ANTIGAS E MODERNAS: MULHERES E A ANTIGUIDADE.....	17
3 DOCUMENTO E LEGISLAÇÃO	25
3.1 O PAPIRO.....	25
3.2 LEGISLAÇÃO E SUAS INTERPRETAÇÕES.....	32
4 ENTRECruzamentos Culturais	38
4.1 ESTUDOS PÓS-COLONIAIS E ROMANIZAÇÃO: POSICIONAMENTOS TEÓRICOS.....	38
4.2 POSSIBILIDADES DE ANÁLISES CRÍTICAS DA ANTIGUIDADE.....	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50
ANEXO	52

1 INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema estudado nesta monografia surgiu da vontade de conhecer mais sobre a temática relacionada à história das mulheres e das relações de gênero na Antiguidade. A escolha pelo contexto do Egito romano se deu pela curiosidade e pelos questionamentos acerca das relações que se estabelecem nas regiões periféricas do império romano, sendo assim o Egito romano um campo de estudo interessante pela riqueza de questões culturais que se entrecruzam.

A questão principal discutida neste trabalho, a partir do documento selecionado, é uma análise sobre como a ideia de submissão feminina, apresentada por algumas correntes do pensamento feminista e da História das mulheres, pode ser contraposta. Não busco diminuir, com isso, o fato de toda a violência e opressão sofrida pela mulher, mas procuro evidenciar as formas que estas mulheres utilizavam para requerer seus direitos, não permitindo certos abusos por parte dos homens – como exposto na documentação selecionada.

Dissociar o papel feminino da submissão absoluta demonstra uma maneira diferente de problematizar as relações sociais que eram estabelecidas, além de refletir como vemos a situação das mulheres no passado: que, apesar das formas de violência sofridas, não observo apenas o lado da opressão, mas sim as formas de reivindicar os direitos, que eram garantidos pela legislação

O presente trabalho se divide em três capítulos principais, no qual o primeiro trata de discutir a participação feminina na historiografia, não apenas no sentido de como os estudos sobre as mulheres foram inseridos no campo da História, mas também as motivações que levaram as pesquisadoras à prática histórica, em especial com as lutas feministas que se dão a partir da década de 1960. Ainda neste capítulo, procurei questionar de que maneira se deu a recepção da história das mulheres e das discussões sobre gênero nos estudos sobre a Antiguidade.

No capítulo seguinte, busquei apresentar o documento e discutir um pouco acerca dos direitos das mulheres no contexto estudado, ressaltando a importância de questionar visões da historiografia e também dos estudiosos do direito que se utilizam

de uma concepção de verdade absoluta das fontes legislativas, observando a existência das leis sem levar em consideração as transformações sociais dos espaços estudados.

Por fim, no terceiro e último capítulo, busquei analisar de que maneira, a partir do que foi estudado e questionando o papiro, existem dois pontos que precisam ser problematizados: em primeiro lugar, o fato do sujeito histórico da fonte buscar uma autoridade para reclamar seus direitos, destoando de algumas correntes dos estudos sobre as mulheres; em segundo lugar, como a legislação no Egito Romano passa por um processo e entrecruzamentos culturais, sendo necessário levar em consideração as relações centro/periferia que se estabelecem.

Com este trabalho, busco analisar um contexto ainda pouco explorado no Brasil, com o intuito de trazer novos questionamentos e entrecruzamentos em relação a um período extremamente rico em trocas culturais.

“As mulheres são mais imaginadas do que descritas ou contadas, e fazer a sua história é, antes de tudo, inevitavelmente, chocar-se contra esse bloco de representações que as cobre e que é preciso necessariamente analisar, sem saber como elas mesmas as viam e as viviam (...)”

Michelle Perrot

2 MULHERES, GÊNERO E ANTIGUIDADE: DO CONFLITO AO ESCLARECIMENTO

O presente capítulo se propõe a discutir de que maneira se iniciam os estudos sobre Gênero e História das Mulheres no âmbito historiográfico e, posteriormente, discutir o impacto do feminismo e das temáticas supracitadas nos estudos clássicos. Para tal, serão utilizados textos que discutem não apenas a participação feminina na historiografia, mas também maneiras pelas quais surgiram novos questionamentos e busca por fontes alternativas que retratassem o cotidiano feminino, especialmente na Antiguidade.

2.1 MULHERES E A PRÁTICA HISTÓRICA

Pensar a história das mulheres de maneira crítica é discutir como esta surgiu, quais são seus principais apontamentos, suas problematizações e suas relações com as demais disciplinas históricas. Segundo a historiadora Michelle Perrot, a escrita da história das mulheres ocorre somente a partir do momento em que estas passam a ser reconhecidas pelos seus feitos independentemente do seu gênero e, além disso, respeitadas entre os homens. Nas palavras da própria autora, “*escrever a história das*

*mulheres supõe que elas sejam levadas a sério, que se dê à relação entre os sexos um peso, ainda que relativo, nos acontecimentos ou na evolução das sociedades”.*¹

Nesse mesmo trabalho, Perrot afirma que o primeiro autor que trata de maneira exclusiva sobre as mulheres é Jules Michelet, em sua obra *As Mulheres*, escrita durante o século XIX. Apesar de dar voz às mulheres em um momento que a História se mostrava cada vez mais distante destas, utilizou-se das representações femininas de seus contemporâneos, relacionando as mulheres à “natureza materna” e os homens ao racionalismo científico. Vale aqui ressaltar como Michelet foi o primeiro a dedicar um capítulo/livro especial ao tema das mulheres, e que isto, por si só, era algo até então inédito na academia. Entretanto, as mulheres sempre estiveram presentes nos mais variados escritos – e também nas representações pictóricas – mesmo que em um papel que as diminuísse ou que, ainda, apenas colocasse em foco as mulheres do alto escalão, sempre relacionadas a uma família que detinha o poder.

A partir disto, é necessário repensar o momento em que a História se constituiu enquanto disciplina científica, no início do século XIX. Michelet era uma exceção à regra e seus contemporâneos – em especial os alemães – buscavam na História a legitimação da unidade nacional.

Segundo Fontana, os intelectuais alemães eram temerosos de uma revolução “vinda de baixo”, aos moldes da que acontecera na França; por este motivo, foram de papel fundamental neste contexto da necessidade de modernização sem, no entanto, diminuir as prerrogativas da nobreza. Estes buscavam fortalecer a unidade nacional baseando-se em aspectos como a língua, a mitologia e, no que diz respeito à História, as crônicas medievais. A reforma educacional proposta por Humboldt oferecia estabilidade econômica a estes intelectuais, em troca de discursos nacionalistas legitimadores do Estado.²

José Carlos Reis analisa como Leopold Von Ranke, principal nome da historiografia alemã do século XIX, pressupõe alguns pontos nos quais se pautam sua história científica: a neutralidade do sujeito e a total credibilidade e objetividade dos

¹ PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005. P. 14.

² FONTANA, Josep. Historicismo e Nacionalismo. In: _____. *A História dos Homens*. Bauru: EDUSC, 2004. Pp. 221-223.

fatos. Havia um distanciamento do passado, com a ideia de que, apenas assim, seria possível analisar de maneira correta e plausível a História.³

Voltando a Fontana, este afirma que na Grã-Bretanha do século XIX, a economia ditava as regras da sociedade, baseada nas perspectivas de homens como Malthus, Ricardo e Stuart Mill. Outros autores, como Macaulay, buscavam reconstruir o passado até o momento de ascensão à liberdade constitucional inglesa, assinalando assim uma forte concepção de progresso. Acton, por sua vez, buscava a imparcialidade da História, afirmando esta como uma ciência exata, demonstrando assim como os historiadores britânicos sequer aceitavam o conceito de revolução.⁴

Por outro lado, a Grã-Bretanha, mesmo tendo uma unidade política bastante sólida, se utilizava da historiografia para legitimar suas relações de dominação com os países então colonizados do Oriente e da África, com a ideia do legado cultural - que se iniciava na Grécia, passava por Roma e que chegaria à Bretanha por meio dos romanos e, posteriormente, deveria ser “continuado” nos países então dominados.⁵

Mas qual a relação disso tudo com as mulheres? Esta “cientifização” da História buscava sempre no espaço público suas fontes e seus objetos de ação – era sempre a vida política e pública, lugares negados às mulheres.⁶ Certamente a questão não é simples: é necessário refletir que boa parte da população era, até então, ignorada completamente dos estudos historiográficos, além da prática histórica ser em sua grande parte um *affaire d’hommes*⁷, e assim continuar até fins da década de 1960.

A dita “revolução francesa da historiografia” não proporciona às mulheres grande visibilidade. Seus pioneiros, Lucien Febvre e Marc Bloch, buscaram uma ruptura com a história tradicional do início da década de 1920, que se caracterizava por ser extremamente centrada nos fatos e na política. A ideia dos dois historiadores franceses era instaurar uma história problema no lugar de uma narrativa tradicionalista;

³ REIS, José Carlos. A Escola Metódica Dita “Positivista”. In: A História: *entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Ática, 1999. Pp. 17-18.

⁴ FONTANA, *Op. Cit.*, pp. 232-236.

⁵ Esta discussão será aprofundada no terceiro capítulo. Sobre o tema, ver HINGLEY, Richard. **O imperialismo romano**: novas perspectivas a partir da Bretanha. São Paulo: Annablume, 2010.

⁶ Novamente, o intuito aqui não é negar a existência das mulheres nos espaços públicos, mas a historiografia por muito tempo as retratou apenas como figuras dos espaços privados – em especial da família.

⁷ Assunto masculino.

a história das mais variadas atividades humanas, não necessariamente ligadas ao âmbito político; por fim, a interdisciplinaridade.⁸

A segunda geração dos *Annales*, liderada por Fernand Braudel, promoveu novos conceitos – como conjuntura e estrutura –, sendo marcada pela longuíssima duração, que entendia de que maneira o processo histórico se estendia em vários séculos para que então houvesse uma grande mudança estrutural.

É apenas na terceira geração dos *Annales* que as mulheres passam a ser não apenas objeto de estudo, mas também da prática histórica. Pela primeira vez, os *Annales* incluíram mulheres no seu campo editorial – Michelle Perrot, Mona Ozouf, Christiane Klapische, Arlette Frages.⁹ A história das mulheres foi certamente impulsionada pelo movimento feminista acompanhada pela crise de paradigmas que ocorre em fins da década de 1960.

Segundo a historiadora Tânia Maria Gomes da Silva,

o feminismo nasceu profundamente imbricado com os movimentos políticos dos anos 1960 e estreitamente vinculado à efervescência cultural e política que varria todo o mundo ocidental. Estes movimentos da vanguarda intelectual colocaram em xeque padrões morais socialmente aceitos, desmontando arraigados valores de família e recusando a posição subalterna da mulher dentro do espaço privado, além de questionar os pressupostos epistemológicos que norteavam o mundo do saber.¹⁰

Com isso, pode-se perceber como a experiência feminina foi decisiva para que a história das mulheres se tornasse um campo de estudos reconhecido, além dos esforços do movimento feminista para que as mulheres, enquanto sujeitos históricos, pudessem ser analisadas de maneira a questionar o papel central dos homens na construção do discurso histórico – não apenas na prática histórica.

⁸ BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. Pp. 11-12.

⁹ Idem, pp. 79-80.

¹⁰ SILVA, Tânia Maria Gomes. Trajetória da Historiografia das Mulheres no Brasil. *Politeia: Hist. e Soc. Vitória da Conquista*, v. 8, n. 1, 2008. Pp. 225-226.

A historiadora Louise Tilly afirma que, apesar de todo escrito historiográfico estar carregado de questões do presente – em especial do contexto político –, a história das mulheres sempre foi fortemente ligada ao movimento feminista, a partir do qual surgem as primeiras inquietações. Tilly prossegue relacionando a história universitária das mulheres a três pressupostos básicos do feminismo contemporâneo: a defesa da igualdade dos sexos; a construção social da condição feminina; o apoio às mulheres enquanto grupo social.¹¹

A partir do que Tilly aponta, pode-se entender como Silva relaciona os estudos sobre as mulheres à “feminização” das universidades. Existia uma demanda que vinha das próprias alunas por entender o papel das mulheres na História, não apenas como sujeitos, mas também como agentes de construção do processo histórico. Com o intuito de estudar sua própria realidade, as pesquisadoras passaram a rejeitar um modelo de “*supremacia masculina solidamente aceita e (...) a ideia clássica da inferioridade do sujeito feminino*”.¹²

Silva relaciona, então, os estudos acerca da história das mulheres ligados a uma convicção íntima das pesquisadoras¹³, ligadas também a um feminismo que percebeu como as mulheres eram figuras excluídas do processo histórico, abrindo espaço para que as historiadoras pudessem construir discursos que dessem voz às mulheres. Além disso, foi necessário buscar outras fontes e outras metodologias para o trato com o universo feminino.

As fontes precisaram ser revistas, em especial porque o âmbito público não era destinado às mulheres, que estabeleciam suas relações dentro da família, da casa, dos salões, das cozinhas. No campo da metodologia, os estudos de gênero buscam trazer novos questionamentos acerca da dicotomia masculino/feminino e subordinação/dominação, que explicarei adiante.

¹¹ TILLY, Louise. Gênero, História das Mulheres e História Social. *Cadernos Pagu*. Campinas, v. 3, 1994. Pp. 31-32.

¹² SILVA, *Op. Cit.*, p. 225.

¹³ Cito apenas *pesquisadoras* porque entendo a experiência de se estudar História das Mulheres única para as próprias. Não pretendo com isso deslegitimar pesquisas encabeçadas por homens, mas sim colocar minha opinião no que tange o tema. As mulheres se identificam com a sua própria história e buscam significados para questionamentos que só existem quando se é mulher – os valores morais diferentes, os padrões de beleza, a cultura do estupro, etc. Não nego que tudo o que citei também afeta aos homens, mas as principais vítimas continuam sendo as mulheres, e por isso a minha ênfase na experiência histórica feminina com os estudos sobre as mulheres.

Para Maria Izilda S. de Matos, a categoria gênero surge em um momento de discussões e críticas dentro dos próprios estudos sobre as mulheres, em especial no que tange ao um caráter essencialista que diminuía a experiência feminina e as colocava em padrões generalizantes: as submissas e as “rebeldes”; o homem opressor e a mulher oprimida; a existência de uma “cultura feminina”.¹⁴

Estes conceitos estão vinculados ao pensamento da historiadora Joan Scott, que cunha o termo *gênero* como a “*rejeição ao determinismo biológico, implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’*”.¹⁵ Para Andrade, o conceito de gênero

sugere, em especial, repensar e romper com a rigidez do binarismo entre os polos masculino e feminino, de maneira que seja possível estruturar as análises histórico-sociais a partir de matrizes plurais no interior de cada um desses polos, de modo a se contemplar os conflitos e as cumplicidades que permeiam a dinâmica social, produzindo arranjos e desarranjos em suas relações.¹⁶

Entretanto, historiadoras do campo social, como Louise Tilly criticaram a postura desconstrucionista dos estudos de gênero, alegando que estes excluía o caráter histórico que relacionava os sujeitos à conjuntura. Scott também criticou a História Social, analisando esta como generalizante e economicista, que não leva em consideração as experiências dos sujeitos e nem suas relações como importantes no decorrer dos processos históricos.

O principal ponto de análise da categoria gênero é historicizar conceitos pré-estabelecidos, como etnia, classe e sexo. Dar um sentido histórico para estes pontos de discussão abre a premissa de entender de maneira mais ampla as relações que se estabeleciam entre os sujeitos históricos, que não eram definidas linearmente e dicotomicamente.

Matos discorre sobre o conceito de gênero, explicando que

¹⁴ MATOS, Maria Izilda S., Estudos de Gênero: *Percursos e Possibilidades na Historiografia Contemporânea*. Cadernos Pagu, v. 11, 1998. P. 68.

¹⁵ SCOTT apud Andrade, p. 1.

¹⁶ ANDRADE, Andreza de Oliveira. Gênero e História das Mulheres: *diálogos conceituais*. Disponível em: http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2009%20-%20Andreza%20de%20Oliveira%20Andrade.PDF. P. 1.

os estudos de gênero vão de encontro a certas tendências da historiografia contemporânea que questionam a concepção de história como evolução linear e progressista e a do tempo vinculado a leis de mudanças e prognósticos do futuro. Procurando acabar com a segmentação entre passado e presente, os estudos de gênero contribuíram para a ampliação do objeto de conhecimento histórico, levando a descoberta de temporalidades heterogêneas, ritmos desconexos, tempos fragmentados e descontinuidades, descortinando o tempo imutável e repetitivo ligado aos hábitos, mas também o tempo criador, dinâmico e das inovações, focalizando o relativo, a multiplicidade de durações que convivem entre si urdidas na trama histórica. Assim, as nuances, as tendências, os movimentos, passaram a ocupar a atenção dos historiadores, em lugar da certeza de fatos cronológicos e periodizações específicas.¹⁷

A partir do que foi acima exposto, analiso a categoria gênero como fundamental ao processo de construção do conhecimento histórico, em especial como instrumento de novos questionamentos no âmbito historiográfico. A experiência das mulheres – em especial a experiência individual – se traduz como novos pontos de discussão que divergem de um panorama totalizante. Não se trata aqui da “história em migalhas”, mas sim de novas discussões acerca das descontinuidades dos processos históricos, das relações heterogêneas que se estabelecem entre os sujeitos e do olhar do historiador sobre isso.

Entendo a importância da História Social no que diz respeito aos primeiros estudos sobre o papel feminino, e se hoje posso discutir o tema, certamente é em virtude de historiadoras como Michelle Perrot e Arlette Frages. Suas discussões, além de pioneiras no assunto, trouxeram à tona a mulher enquanto sujeito histórico, até então negligenciadas pelos historiadores. Foram também porta-vozes dos anseios do movimento feminista, da mudança de paradigmas de fins da década de 1960, além de terem buscado um novo corpo documental, até então deixado de lado, que são os registros do âmbito privado, lugar por excelência feminino – cartas, diários, fotografias, bilhetes íntimos.

Entretanto, a maior dificuldade encontrada é fazer uma História Social das mulheres na Antiguidade, não pela escassez de fontes – não acredito que este seja um motivo sequer plausível, visto a abundância de relatos femininos no mundo antigo –, mas sim pelos problemas dos conceitos que a História Social exige. Quando se estuda o século XIX, com suas mulheres operárias ou damas de salões, vive-se um contexto em que a aplicabilidade de certas categorias estanques se faz válida – e, mesmo assim,

¹⁷ MATOS, *Op. Cit.*, p. 69.

acredito que existam várias controvérsias. Como trabalhar, então, com mulheres que viviam na Antiguidade, sem uma consciência coletiva do “grupo” ao qual pertenciam? Como trabalhar com mulheres que, mesmo vizinhas, se distinguiam muito umas das outras, por serem talvez letradas, ou ainda relacionadas a alguém que não era da mesma população indígena?

É neste sentido que a categoria de gênero se faz tão importante, pois é um instrumento de trabalho necessário para a construção de um discurso heterogêneo e que entende as variáveis dos elementos que constituem os sujeitos históricos, que vão além da dicotomia masculino/feminino, e muito mais além daquela que define as mulheres enquanto dominadas e submissas e homens como dominadores e opressores. As relações que se estabelecem perpassam entrecruzamentos como cultura, religião, etnia, ocupação, entre outras variantes.

Acredito que entender o termo *gênero* implica em aceitar as diferenças enquanto socialmente construídas e historicizadas em seu tempo. Além disso, busco, conforme Matos, não analisar estas como um ponto fixo e dicotômico entre masculino e feminino, mas procuro discutir de que maneira existem também diversas relações na trama histórica, que envolvem o masculino e feminino de maneira muito mais plural, com rejeição, assimilação – parcial ou total –, manipulação, entre outros elementos que constituem a trama histórica.¹⁸

Por fim, gostaria de indicar os rumos que tomarei com este trabalho no que diz respeito aos estudos de gênero e à perspectiva da história das mulheres. Entendo que a experiência da Antiguidade, com a qual pretendo trabalhar, se faz muito mais rica quando perpassada pela categoria gênero, pois a partir desta pode-se entrecruzar diversas informações que se tornam relevantes, especialmente no contexto deste trabalho: o Egito Romano. As relações centro/periferia, a legislação que ora incorpora a tradição romana, ora busca raízes egípcias, são elementos que, quando utilizados juntos à categoria gênero, enriquecem o entendimento acerca dos sujeitos históricos, além de tornar mais heterogêneo o discurso das relações interpessoais que se estabelecem.

Por outro lado, é necessário entender como transformações estruturais também afetaram a vivência dos sujeitos em seus contextos. Pensar de que maneira as mudanças gerais moldaram um contexto em que as relações interpessoais puderam se tornar mais diversas.

¹⁸ MATOS, *Op. Cit.*, p. 70.

2.2 ANTIGAS E MODERNAS: MULHERES E A ANTIGUIDADE

Nesta sessão do primeiro capítulo, me proponho a analisar qual foi o impacto do feminismo nos estudos clássicos, quais são as categorias utilizadas na atualidade e a repercussão das discussões acerca da prática histórica feminina na Antiguidade. Para tal, recorrerei, primeiramente, a autores anteriores à emergência dos estudos sobre as mulheres, como estes classificam a vida cotidiana feminina e quais seus posicionamentos acerca do corpo documental no que tange o mundo feminino. Posteriormente, analisarei como existiram desconstruções pela inserção das noções de gênero nos estudos clássicos, e como estas discutem a historiografia e o papel masculino na Antiguidade.

Carcopino, um estudioso francês do início do século XX, reservou para as mulheres um capítulo da sua obra *La vie quotidienne à Rome à l'apogée de l'Empire* (1939)¹⁹. Entretanto, podem-se observar dois pontos principais no que diz respeito ao seu texto: primeiramente, o autor busca reforçar como, a partir do século II d. C., houve uma progressiva diminuição do poder do *paterfamilias* e de que como isto afetava as relações com os filhos e com a esposa.

Carcopino afirma que os antigos contratos de casamento deixaram também de terem validade a partir do século II d. C., e que uma mulher tinha o direito de escolher um marido por seu próprio interesse amoroso, família não poderia ser contrária a esta escolha e as mulheres casadas passam a conviver com seus maridos em condição de igualdade.

É importante ressaltar como Carcopino sempre busca fazer uma relação com o passado romano e o contexto em que viveu, como se observa no trecho em que afirma:

Contrary to general opinion – which colours the condition existing under the empire with memories of the early days of the republic and long-lapsed republican customs – it is certain that the Roman woman of the epoch we are studying enjoyed a dignity and an independence

¹⁹ Utilizo neste trabalho a versão em inglês, *Daily Life In Ancient Rome*, disponível para download em <http://archive.org/download/dailylifeinancie035465mbp/dailylifeinancie035465mbp.pdf>

*at least equal if not superior to those claimed by contemporary feminists.*²⁰

A partir disso, Carcopino começa a citar as “grandes mulheres” do Império Romano, que sempre estavam relacionados a uma posição de poder ocupada pelos maridos ou pela família. Isso demonstra como a produção historiográfica do autor era voltada ao estudo das elites romanas e que não levava em consideração os grupos marginalizados da história, nos quais boa parte das mulheres – que não tinham seus direitos respeitados e não faziam parte da elite – estavam inseridas.

Em uma das subseções deste capítulo, intitulada *Feminism and Demoralisation*²¹, Carcopino faz um paralelo entre a subsequente mudança do comportamento feminino e a maneira como há uma degradação do ambiente social e familiar romano. Carcopino avalia que

*The feminism which triumphed in imperial times brought in its train than advantage and superiority. By copying men too closely the Roman women succeeded more rapidly in emulating man's vices than acquiring his strength.*²²

É interessante notar como Carcopino se utiliza do termo “feminismo”, provavelmente se referindo às sufragistas, contemporâneas ao autor, onde as “cópias dos vícios” masculinos seria a busca por emancipação política. É necessário notar como o discurso do autor se utiliza do termo para fazer uma relação entre passado e presente²³, colocando o feminismo e as mulheres que o seguem com o único intuito de copiar o comportamento masculino, especialmente nos seus defeitos.

Na sequência do texto, o autor se utiliza de uma das sátiras de Juvenal para explicar como estas, mesmo não sendo um retrato fiel, ainda assim podem ser utilizadas

²⁰ “Ao contrário da opinião geral - que coloca a condição existente durante o império como memórias dos primeiros dias da república e antigos costumes republicanos – é certo que as mulheres romanas da época que estudamos desfrutavam um grau de dignidade e independência iguais, se não superiores, àqueles reivindicados pelas feministas contemporâneas”. Tradução livre da autora.

²¹ Feminismo e desmoralização.

²² “O feminismo que triunfou na época imperial trouxe mais do que vantagem e superioridade. Ao copiar os homens à risca, as mulheres romanas tiveram mais sucesso em emular os vícios masculinos do que as suas virtudes”. Tradução livre da autora.

²³ Mesmo que o movimento feminista se configure de maneira sólida a partir da década de 1960, não podem ser deixadas de lado as participações e reivindicações feitas pelas mulheres operárias desde o século XIX, além da luta pelo sufrágio universal.

como representação da degradação feminina. Novamente, Carcopino critica o “feminismo” das mulheres romanas:

Moreover, it is evident that the independence which women at this time enjoyed frequently degenerated into licence, and that the looseness of their morals tended to dissolve family ties ²⁴

Com isso, pode-se perceber de que maneira Carcopino buscou no passado um discurso para legitimar seu posicionamento em relação a questões contemporâneas: suas crenças de que o feminismo destruiria os laços familiares e de que as mulheres iriam, por fim, sucumbir muito mais aos defeitos masculinos do que à busca pela igualdade de gêneros.

Avançando mais na historiografia, me proponho a analisar o artigo de Moses Finley, *As Mulheres Silenciosas de Roma*. Finley foi um historiador americano especializado em estudos sobre a Antiguidade, especialmente no que tange ao caráter econômico e social.

O texto em questão está presente no livro *Aspectos da Antiguidade*, uma coletânea de artigos na qual o autor versa sobre o mundo antigo e suas peculiaridades, discutindo conceitos e autores da Antiguidade. Finley apresenta as mulheres romanas com a seguinte frase: “A mulher mais famosa da história de Roma sequer era uma romana – Cleópatra foi rainha do Egito (...)”²⁵, evidenciando assim como sua análise parte do pressuposto de que as mulheres romanas tiveram uma participação reduzida, quando não nula, na construção do processo histórico.

Finley prossegue com seu texto citando como as mulheres eram invisíveis no mundo romano, não apenas porque o que foi escrito sobre elas veio do discurso masculino, mas também se justificando a partir da falta de nomes próprios atribuídos às mulheres, legitimando assim o papel secundário que estas supostamente detinham. ²⁶

O autor também retoma a questão do *paterfamilias*, argumentando que o termo representava uma relação de poder extremamente desigual entre homens e mulheres, onde o lado masculino tinha domínio no campo privado nas relações que se

²⁴ “Além disso, é evidente que a independência da qual as mulheres desta época gozavam frequentemente se degenerou, e que a fraqueza da sua moral tendia a dissolver os laços familiares.” Tradução livre da autora.

²⁵ FINLEY, Moses. “As mulheres silenciosas de Roma”. In: *Aspectos da Antiguidade*. Trad. Eduardo Saló. Portugal: Edições 70, 1990. P. 149.

²⁶ Idem, pp. 150-151.

estabeleciam. Finley afirma ainda que a família era a “*unidade social básica*”²⁷ do mundo romano, sendo necessário um controle da construção de nova família, que se baseava no poder dos chefes das famílias. Adiante, Finley segue citando os exemplos das famílias ligadas ao poder em Roma, reafirmando a posição e o poder que o conceito de *paterfamilias* representava no contexto.

Ao fim do artigo, Finley procura colocar como nem mesmo no aspecto religioso – no qual, segundo este, poderia existir uma maior adesão feminina – as mulheres se fizeram presentes, seja no culto pagão ou no culto cristão. Por fim, o autor discorre sobre as mulheres que exerceram papéis masculinos – como as gladiadoras – como forma de exteriorizar suas frustrações ou suas energias reprimidas.²⁸

Aqui vale ressaltar como o estudo de Finley, mesmo sendo pós-feminismo da década de 1960, ainda mantém uma influência de pensamento tradicionalista, visto que pode ser relacionado ao texto de Carcopino, no sentido em que ambos reforçam um modelo feminino ideal, no qual o espaço feminino se restringe ao particular e à família. Segundo Finley, as mulheres romanas não deixaram registros das relações estabelecidas com seus maridos, filhos e parentes. Elas eram meras sombras, que só eram conhecidas em certa medida pelo que os homens escreveram sobre elas.

Entendo como, por muitos anos, a historiografia tratou apenas de dar voz aos homens, e de que isto prejudicou os estudos das mulheres e das relações de gênero, principalmente na Antiguidade. Além disso, as fontes históricas também são marcadas por estas relações, ou seja, encontramos uma grande quantidade de registros que reforçam a visão masculina, em uma posição privilegiada de poder.

Mesmo que alguns conceitos de ambos os autores sejam importantes e, em certa medida, provoquem questionamentos interessantes sobre a relação entre feminino e masculino e o poder na sociedade romana²⁹, aceitar a posição tanto de Carcopino como de Finley em relação ao estudo das mulheres na Antiguidade é simplificar muito as relações que se estabeleciam.

Primeiramente, a relação que Carcopino faz com o feminismo e a desestruturação da família romana é completamente política – mesma que toda decisão do historiador o seja. O principal foco do autor não é nas mudanças, mas sim na

²⁷ Idem, p. 153.

²⁸ Idem, pp. 160-164.

²⁹ A respeito do conceito de *paterfamilias* para o direito romano, ver THOMAS, Ian. A divisão dos sexos no direito romano. In: *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1991. Vol. 1: A Antiguidade, pp. 127-199.

culpabilização feminina pelo que ocorre com o Império. Ao entendimento deste, a “queda” de Roma se dá pela desestruturação moral da família, o que só ocorre com a mudança das mulheres romanas, infectadas por um certo “feminismo” arcaico.³⁰

Sua posição é de uma clara crítica às lutas feministas do século XIX e início do século XX, e seu discurso apenas explicita como este é completamente descrente do ativismo feminista e acredita em uma desmoralização da família e da sociedade como um todo em virtude da emancipação feminina.

Finley, por outro lado, ao colocar na mulher romana o papel de silenciosa, não busca observar as fontes nas quais estas estavam inseridas. Muitas vezes, mesmo que o texto não seja redigido necessariamente pela mulher, o discurso dela é monumentalizado em forma de texto a partir dos seus relatos e queixas a juízes e outras instâncias jurídicas.

Aqui cito brevemente o estudo de Pomeroy – o qual tratarei mais intensamente no próximo capítulo. Pomeroy foi uma das primeiras estudiosas a analisar a legislação romana, com ênfase no que se discutia sobre os direitos das mulheres. Fortemente influenciada pelo movimento feminista da década de 1960, a autora busca constantemente a opressão nos textos clássicos, justificando assim os problemas contemporâneos compreendidos pelas lutas feministas. Pomeroy é um exemplo de classicista que introduz os estudos sobre as mulheres no mundo antigo, mesmo que seu foco seja essencialmente os abusos e a violência sofrida pelas mulheres, estigmatizando uma imagem de mulher como vítima.

Estes três exemplos foram escolhidos como parâmetro para pensar como foram introduzidos os estudos sobre as mulheres no contexto da Antiguidade. Se existiam autores como Finley que viam as mulheres apenas como silenciosas, existiam também autoras como Pomeroy, o que revela uma preocupação com a história das mulheres e a existência de pesquisadoras que realizavam estudos levantando questões sobre a importância das mulheres no processo histórico.

Continuando com as questões sobre como os historiadores viram as mulheres na Antiguidade, o texto de Pedro Paulo Funari, publicado no *Cadernos Pagu* – importante periódico feminista brasileiro – nos anos 1990, *Romanas por elas mesmas*, evidencia como as mulheres romanas tinham sim expressão no contexto em que viviam. Há uma compilação de cartas, grafites e outras produções femininas que, apesar de

³⁰ Arcaico no sentido de ser completamente anacrônico o uso do conceito para a Antiguidade.

serem em número restrito, demonstram também como o discurso produzido pelas mulheres foi deixado de lado por uma historiografia tradicionalista.

Além disso, busco problematizar uma historiografia tradicionalista e que ainda é comumente aceita nos ambientes acadêmicos, que ainda tem muitas ressalvas quanto aos estudos acerca das mulheres e dos ditos “excluídos da história”, em especial nos estudos sobre a Antiguidade e o medievo, por acreditar em uma história não apenas ligada a grandes nomes, mas também ao cotidiano e às relações de poder que se estabelecem entre os sujeitos históricos marginalizados.

Por fim, gostaria de colocar alguns pontos acerca do impacto do feminismo e, logo, dos estudos de gênero no campo da Antiguidade. Vista como um dos campos mais conservadores do mundo acadêmico, os estudos sobre a Antiguidade demoraram para adaptar suas perspectivas às questões de etnia, classe e gênero. Entretanto, o panorama oferecido é muito rico, pois as discussões de gênero se entrecruzam com variantes sobre os conceitos de centro/periferia, religiosidades e trocas culturais.

A principal contribuição do feminismo se dá no âmbito dos questionamentos dos modelos interpretativos vigentes, abrindo campo para críticas sobre usos do passado na contemporaneidade e colocando em evidência o trabalho produzido pelas historiadoras. Independente da posição tomada pelas pesquisadoras, é de fundamental importância entender como se dá o processo de inserção do trabalho feminino na academia, e também ressaltar a influência do feminismo, seja nos estudos clássicos como em outros campos da História.

No próximo capítulo, busco apresentar a fonte, seu contexto de maneira sucinta e um levantamento historiográfico que procura discutir de que maneira se dá a interpretação acerca da legislação romana, em especial no que diz respeito a maneira que as leis ligadas às mulheres foram vistas pelo campo acadêmico.

3 DOCUMENTO E LEGISLAÇÃO

O presente capítulo busca discutir dois pontos principais neste trabalho monográfico, a saber: em primeiro lugar, farei algumas considerações acerca do documento escolhido como base para esta monografia e quais são as leis que tratam especificamente dos direitos das mulheres na Antiguidade, e que poderiam, em certas medidas, ser aplicadas ao caso aqui estudado. Em segundo lugar, procurei fazer um pequeno levantamento de como o conjunto de leis foi visto por juristas e historiadores, tratando em especial da questão do casamento e dos direitos femininos.

3.1 O PAPIRO

O papiro que utilizo nesta pesquisa foi encontrado em 1897 por Bernard Grenfell e Arthur Hunt no ano de 1897, quando ambos escavavam para o *Egypt Exploration Fund*³¹. A primeira tradução para o inglês se encontra no livro de John Garret Winter, *Life and Letters in the Papyri*, publicado em 1933³². A tradução utilizada nesta monografia é encontrada no livro de Rowlandson, *women and Society in Greek and Roman Egypt*.

Aqui se faz importante salientar que a escolha do documento para a realização desta pesquisa leva em consideração os diversos temas que se entrecruzam por se tratar especialmente de um contexto romano tardio, quando a presença da religião cristã já é consolidada. Além disso, é necessário observar que, por se tratar de uma região periférica, as relações que se estabelecem são mais complexas, pois envolvem não apenas a questão de gênero – que são as mais exploradas nesta pesquisa –, mas também os vínculos entre Roma e os territórios conquistados.

³¹ Informações retiradas do site: <http://wwwapp.cc.columbia.edu/ldpd/apis/item?mode=item&key=pts.apis.1>

³² Informação retirada do site: <http://papyri.info/ddbdp/p.oxy;6;903>

O documento em questão é um papiro datado do século IV-V, da região do Egito Romano, e trata-se de uma reclamação de uma esposa contra os abusos de seu marido. Ela acusa-o de trancar os escravos e os filhos, (tentar) atear fogo nestes e de difamá-la em diversas situações. A importância deste papiro se dá por este ser uma petição que deixa explícita a busca de uma mulher por seus direitos em um contexto que é considerado extremamente adverso para tal. Outro ponto que considerarei importante ressaltar foi o fato de ter encontrado a fonte (assim como outras de mesmo teor) em pesquisas internacionais sobre o Egito Romano, demonstrando de que maneira no exterior este campo de pesquisa se amplia a cada dia e traz com ele novos questionamentos acerca do mundo antigo.³³

O original da fonte está em grego³⁴ e utilizo aqui a versão em inglês. Estou ciente das dificuldades que se estabelecem em fazer várias traduções, mas também acredito que as traduções – especialmente para o inglês – auxiliam pelo fato de que aumentam o campo de estudos, proporcionando assim que estudiosos sem conhecimento prévio nas línguas clássicas possam ter acesso a diversos materiais.

A partir da fonte exposta, gostaria de levantar alguns pontos que considero importantes na interpretação desta, em especial com relação à limitação deste trabalho com a fonte, visto que não é possível trabalhar, a partir deste documento, com as camadas mais populares e marginalizadas da sociedade. Fica bem claro como o marido em questão agride fisicamente os escravos da casa e as filhas adotivas, sendo que a única agressão contra a esposa são ofensas verbais. Isso se dá pelo fato de que, a partir da análise do texto, que estará mais detalhada no próximo capítulo, percebe-se que o casal é dono de terras³⁵ e de escravos, sendo estes últimos a estrutura familiar mais frágil. Segundo Evans, a partir da documentação do período, mesmo que os escravos tivessem proteção garantida por lei, quando ocorria algum tipo de agressão, apenas seus donos poderiam intervir e fazer o requerimento oficial. Isso os tornava um alvo fácil em

³³ ROWLANDSON, Jane (Org.). **Women and Society in Greek and Roman Egypt: A Sourcebook**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. Pp. 207-208.

³⁴ Ver anexo I.

³⁵ Pode-se perceber como tinham duas propriedades, uma em Oxirrinco e outra em Antinópolis.

querelas familiares, visto que seus direitos eram muito mais limitados do que aqueles de uma pessoa nascida livre.³⁶

É necessário entender que o foco deste trabalho é na esposa que sofre os abusos verbais, e não em seus escravos. Com isso, compreendo que deixo de lado uma gama muito grande de discussões acerca dos abusos cometidos aos escravos no período e no contexto, mas busquei dar ênfase em outras discussões, como as relações de gênero e as diferenças entre prática e legislação no mundo romano.

Considero interessante traduzir o papiro da sua versão em inglês para, posteriormente, elencar os pontos importantes que serão discutidos neste capítulo.

- 1) Relacionado a todos os insultos que pronunciados por ele contra mim.
- 2) Ele trancou seus próprios escravos e os meus com minhas filhas adotivas e seu agente e seu filho por sete dias inteiros no porão,
- 3) tendo insultado seu escravo e minha escrava Zoe e quase os matado com golpes, e ele colocou fogo em minhas filhas adotivas, deixando-as quase nuas, o que é contrário às leis.
- 4) Ele também disse às mesmas filhas adotivas, “me deem tudo que é dela”, e elas disseram, “Ela não tem nada conosco”;
- 5) e aos escravos enquanto eles apanhavam ele disse “O que ela pegou da minha casa?” e eles sob tortura disseram “Ela não pegou nada seu, mas toda a sua propriedade está segura”.
- 6) Zoilus foi vê-lo porque ele trancou seu filho adotivo, ao que ele disse,
- 7) “Você veio por causa do seu filho adotivo ou por aquela mulher, para falar sobre ela?”.
- 8) Ele jurou na presença dos bispos e dos seus próprios irmãos “Daí em diante não mais esconderei todas as minhas chaves dela [ele confiava em seus escravos mas não confiava em mim]; irei parar e não insultá-la”.
- 9) Diante disso, uma escritura de casamento foi feita, e depois de seu acordo e seus juramentos, ele novamente escondeu as chaves de mim;

³⁶ EVANS, Katherine E. **Domestic Violence and Women’s Rights in Roman Egypt: The Case of P. Oxy. VI.903**. Disponível em: http://kassevans.com/EvansK-POxy903_ViolenceAgainstWomen.pdf. Pp. 9-10.

- 10) e quando eu fui à igreja no sábado, ele trancou as portas para mim dizendo “Por que você foi à igreja?”
- 11) e usando vários termos de abuso contra mim, e através de seu nariz.
- 12) Havia 100 *artabae* de milho devido ao Estado em minha conta da qual ele não pagou, nenhuma *artaba*.
- 13) Ele obteve a posse dos livros, e os trancou dizendo, “Pague o preço das 100 *artabae*”, sendo que ele não pagou, como eu disse anteriormente;
- 14) e ele disse aos seus escravos “Forneçam ajudantes, para trancá-la também”.
- 15) Choous seu assistente foi levado à prisão, e Euthalamus deu garantia para ele, o que era insuficiente, então eu peguei um pouco mais e dei para o referido Choous.
- 16) Quando eu o encontrei em Antinópolis tendo minha sacola de banho [?] com meus ornamentos, ele me disse
- 17) “Eu tomarei tudo que está com você por conta da garantia que você deu ao meu assistente Choous pelas suas dívidas com o Estado”. Para tudo isso sua mãe vai testemunhar.
- 18) Ele também persistiu em aborrecer minha alma sobre sua escrava Anilla, tanto em Antinópolis como aqui, dizendo “Mande embora esta escrava, pois ela sabe o quanto apoderou-se”, provavelmente querendo que eu me envolvesse, e neste pretexto para tirar tudo que eu tenho.
- 19) Mas eu me recusei a manda-la embora, e ele continuou dizendo “Daqui a um mês eu terei uma amante”. Deus sabe que isso é verdade.

Faz-se necessário analisar quais eram os direitos das mulheres no período, levando em consideração também as peculiaridades destes, como a localidade e a maneira em que a legislação se aplicava. A partir do texto, pode-se afirmar que a requerente era uma cidadã romana³⁷ que possuía terras e que seu casamento não tem registros – como a maioria dos casamentos no Egito neste período. Mesmo com estas especificidades, não se pode analisar a condição da requerente somente a partir da legislação romana, visto que havia uma forte influência dos costumes locais na vida cotidiana.

³⁷ Baseado no *Édito de Caracala*, de 212.

É necessário ressaltar que a maior parte da legislação romana conhecida na atualidade são compilações dos séculos posteriores. Durante o império de Justiniano (527-565) foram publicadas as mais conhecidas compilações de leis romanas, o *Digesto* e os Códigos de Justiniano. No *Codex Justinianus*, na compilação sobre o Código Teodosiano, lê-se:

*or if she proves that he laid snares for her life by poison, sword, or in any other sinister manner; or that he inflicted lashes on her, which is an insult to free-born people—then we give her permission, necessary in such case, to avail herself of the help of divorce and legally prove the causes thereof.*³⁸

Com isso, observa-se como em determinados casos o divórcio era possível de ser requerido pela esposa, demonstrando assim uma autonomia feminina que estava garantida pela legislação – mesmo que em casos muito específicos. Há também uma passagem das *Novellae* de Justiniano, onde se observa o seguinte:

*but the husband who has been convicted of having, without such a reason, struck his wife with a whip or a rod, shall give her by way of compensation for an injury of this kind (even during the existence of the marriage) a sum equal in value to the amount of the antenuptial donation to be taken out of his other property.*³⁹

A partir do que foi acima exposto, pode-se analisar que, se existia uma legislação que garantia estes direitos, certamente havia a prática tanto da agressão como da queixa e, logo, uma garantia para as mulheres livres do império. Além disso, é necessário ressaltar que o Egito tinha uma tradição na qual as mulheres eram detentoras

³⁸ “Ou se ela provar que ele colocou armadilhas contra sua vida a partir de veneno, espada, ou em qualquer outra maneira sinistra; ou que ele desferiu açoites nela, o que é um insulto aos nascidos livres – então damos a ela permissão, necessária em casos como este, de valer-se da ajuda do divórcio e legalmente provar suas causas” Tradução livre da autora. Original disponível em: http://www.uwo.edu/lawlib/blume-justinian/_files/docs/code-revisions/book5rev-copy/book%205-17rev.pdf, p.4.

³⁹ “Mas o marido que for condenado por ter, sem razão, atingido sua esposa com um chicote ou uma vara, deve dar a ela, como forma de compensação por uma injúria desta natureza (mesmo durante a existência do casamento), uma quantia igual em valor ao montante da doação antenuptial, que deverá ser retirado de sua outra propriedade”. Tradução livre. Original disponível em: http://droitromain.upmf-grenoble.fr/Anglica/N117_Scott.htm

de maior liberdade – no caso de serem donas de terras, detinham sua propriedade quando do divórcio e poderia requerer este sem maiores entraves.

Segundo Rowlandson, desde o século VI a. C. era necessário o consentimento da mulher no casamento, o que se tonou posteriormente um traço cultural marcante no Egito, que não foi deixado de lado mesmo com a chegada dos gregos.⁴⁰ A autora também afirma que:

*There is considerable evidence in egyptian literature to suggest that the Egyptians took a much more relaxed attitude toward the sexual activity of unmarried women than the Greeks, but very much disapproved of adultery with married women. These attitudes reflect a high value placed on harmonious marriage but no strong sense of male property rights in women.*⁴¹

Mesmo que o contexto analisado pela autora seja anterior ao que me proponho a estudar, é válido considerá-lo por se tratar de uma tradição de autonomia e independência das mulheres que foi mantida na posteridade, como pode ser observado quando Evans afirma que a prática do *paterfamilias* não criou raízes profundas no Egito, agindo mais como um recurso legal para a manutenção de propriedades.

Em relação ao período estudado nesta monografia, Rowlandson⁴² afirma que:

*Despite restrictions on women's private-law independence in both Greek customary and Roman civil law, the papyri created a sense of growing extension of women's freedom in both the private and the public spheres as the Roman passes into the late Roman period.*⁴³

⁴⁰ ROWLANDSON, Jane. *Op. cit.*, p. 156.

⁴¹ “Existem evidências consideráveis na literatura egípcia que sugerem que os egípcios tinham uma atitude muito mais tolerante em relação à atividade sexual de mulheres solteiras do que os gregos, mas fortemente desaprovavam o adultério com mulheres casadas. Estas atitudes refletem um grande valor colocado no casamento harmonioso, mas que não continha em si uma forte noção da mulher como propriedade perante os homens.” Tradução livre.

⁴² ROWLANDSON, Jane. *Op. cit.*, p. 195.

⁴³ “Apesar das restrições à independência feminina no direito privado costumário dos gregos e nas leis civis de Roma, os papiros criam uma ideia de crescente extensão das liberdades femininas tanto na esfera privada quanto na esfera pública quando Roma passa para seu período tardio”. Tradução livre.

Com isso, podem-se perceber dois pontos importantes de questionamento. O primeiro é a visível influência citada pela autora em relação aos direitos femininos, na qual a importância de uma tradição em que mulheres são dotadas de mais direitos e de mais liberdades aparece claramente no fato de que, apesar de não ser garantido pela legislação, existia a prática e um aumento no espaço de ação feminino, seja público ou privado.

O segundo ponto que gostaria de levantar diz especificamente ao documento aqui estudado. Rowlandson afirma que suas conclusões são tiradas a partir da evidência dos papiros, o que revela a importância que cada documento tem dentro de seu contexto, abrindo, assim, um universo de possibilidades a ser estudado e analisado. Além disso, os papiros, assim como a cultura material, podem ser utilizados para dar um viés mais amplo aos que foram deixados de lado pela História, como as mulheres e os escravos, e também ajudam a pensar de que maneira os textos oficiais – em especial a legislação – foram escritos em sua grande maioria por homens pertencentes à elite, sendo isto importante considerar quando é feita a análise do papiro.

No que diz respeito ao cristianismo no Egito, Jane Rowlandson afirma que⁴⁴:

*The Christianisation of Egypt involved more than a profound change of mentality; it created a new system of institutions and power structures in place of the traditional temples and priesthood, whose role was already much diminished from that in the Ptolemaic period and earlier. The changed mentality was in fact not confined to Christians, but embraced both pagan and Christian in an intellectual transformation which introduced personal belief alongside ritual activity as the defining features of religious adherences.*⁴⁵

A partir disto, é importante observar como a cristianização do Egito alterou estruturas em vários âmbitos da sociedade egípcia, modificando não apenas a maneira dos indivíduos lidarem com sua fé, mas também as relações de poder estabelecidas pela igreja cristã em solo egípcio, além de incorporar elementos das tradições locais na

⁴⁴ ROWLANDSON, Jane. *Op. cit.*, p. 15.

⁴⁵ “A cristianização do Egito envolveu mais do que uma profunda mudança de mentalidade; ela criou um novo sistema de instituições e estruturas de poder no lugar dos templos tradicionais e do sacerdócio, cujo papel já era diminuído em relação ao que era no período ptolomaico e anteriormente. A mentalidade alterada não foi, de fato, confinada aos cristãos, mas abrangeu tanto pagãos como cristãos em uma transformação intelectual que introduziu a crença pessoal ao lado dos rituais como as características definidoras da adesão religiosa” Tradução livre da autora.

formação da igreja enquanto instituição. Isso se confirma pelo fato do juiz de paz do documento fonte em questão ser um homem da igreja, ficando explícito como diversos ramos da sociedade se entrecruzavam.

3.2 LEGISLAÇÃO E SUAS INTERPRETAÇÕES

Nesta parte do segundo capítulo, me proponho a discutir de que maneira os juristas e alguns historiadores se utilizam de uma visão que define a legislação romana como uma fonte que não precisa de maiores questionamentos, sem analisar seu contexto de produção e sua recepção ante a sociedade.

A disciplina que estudei na Universidade de Passau⁴⁶, no estado da Bavária, na Alemanha, cujo título era História do Direito Romano, serviu para me dar uma ideia de como os juristas tratam a questão histórica. Entendo que seu principal foco não seja o conhecimento histórico nem a produção deste, mas imaginava que eles teriam considerações pertinentes acerca do processo histórico a partir do viés do Direito.

A ideia de fazer a disciplina era de, principalmente, introduzir as noções de Direito do Império Romano, sem grandes noções linearizadas de tempo e sem muito apreço aos nomes de grandes juristas e das técnicas. Entretanto, as dificuldades enfrentadas ao longo do semestre se mostraram bastante pertinentes, por isso as coloco neste trabalho.

Os estudos que realizei na Alemanha tinham um caráter empiricista e metódico⁴⁷, visto que as perspectivas da História do Direito não eram questionadas, as fontes eram tidas como a verdade universal acerca da sociedade romana e a historiografia trazida era apenas um apoio ao arcabouço teórico jurídico.

⁴⁶ Agradeço aqui especialmente a *Wilhelm von Finck Stiftung*, instituição que me concedeu bolsa de estudos por seis meses, sem a qual o intercâmbio feito não seria possível.

⁴⁷ No que concerne esta afirmação, me baseio no campo dos estudos históricos, onde a Alemanha se configurou como um polo de estudos marcado pela busca de uma história linearizada. Para tal, entendo como exemplos os estudos de Ranke, especialmente na sua *Monumentae Germanica Historia*; e Mommsen, com *Römische Geschichte*.

As questões que foram levantadas se restringiam a seu caráter jurídico, levando sempre em consideração de que maneira existe uma tradição romana que se expande em vários campos, sendo esta considerada um legado que se expandiu por toda a Europa e, posteriormente, às colônias. Esta noção de Roma enquanto detentora de uma herança cultural que deve ser levada para a posteridade⁴⁸ foi bastante utilizada como meio de legitimação das dominações coloniais, especialmente durante o século XIX. Considero aqui importante citar de que maneira o legado clássico é sempre colocado como uma “necessidade” de sobrepor uma cultura a outra. Não digo na maneira em que as relações se estabelecem no passado, mas sim de como várias nações se utilizaram de um discurso para agredir e legitimar o domínio violento de países durante o século XIX, notadamente Inglaterra e França.

Compreendo que o foco principal de uma disciplina como esta é o aprendizado acerca da legislação romana e que as discussões não são historiográficas da maneira que temos em curso de História, mas considero importante salientar que existe uma visão muito simplificada do processo histórico, remontando às classificações linearizadas e ligadas aos fatos importantes.

Entretanto, vale ressaltar que os historiadores também se utilizaram por muitos anos da legislação romana como uma fonte que não precisa de maiores questionamentos, mesmo na atualidade.⁴⁹ A própria Sarah Pomeroy, que introduziu o pensamento feminista no estudo dos clássicos, assim o faz em seu importante livro *Goddesses, whores, Wives and Slaves: Women in Classical Antiquity*, publicado em 1975. Desde o início do seu texto, Pomeroy afirma seu intuito e seu desejo em estudar o feminino, como pode ser demonstrado por este trecho⁵⁰ da introdução:

The story of the women of antiquity should be told now, not only because it is a legitimate aspect of social history, but because the past

⁴⁸ Como exemplo, a ideia comum de que Grécia e Roma são o “berço da civilização ocidental”, baseado especialmente nas noções de direito e democracia, já criticada por Bernal nos anos 1980. Sobre o tema, ver BERNAL, Martin. *Black Athena: the afroasiatic roots of classical civilization*. New Brunswick: Rutgers University Press, c1987.

⁴⁹ Não quis aqui remontar a estudos sobre a legislação romana do início do século passado ou do anterior por entender que as principais contribuições ao tema – em especial neste trabalho – se dão a partir do espaço que surge com os estudos feministas a partir da década de 1960.

⁵⁰ POMEROY, Sarah. *Goddesses, Whores, Wives and Slaves – Women in Classical Antiquity*. Baltimore: John Hopkins, 1989. P. XVII.

*illuminates contemporary problems in relationships between men and women.*⁵¹

A partir do trecho acima, pode-se perceber como a autora buscava dar luz a eventos do passado em virtude dos questionamentos feminista da década de 1960 sobre o lugar das mulheres na História. Suas preocupações eram demonstrar de que maneira existia uma série de comportamentos relacionados a mulheres que perduraram durante os séculos na sociedade ocidental.

Sobre a contribuição de Pomeroy para os estudos clássicos e também de outros autores, utilizo-me da dissertação de Buffone. Esta escolha se dá por entender que o trabalho do autor supracitado busca, a partir das comédias de Plauto, compreender o casamento romano de maneira mais flexível, levando em consideração documento literários para a construção de outro referencial de casamento, menos rígido do que aquele oferecido pela legislação romana. Mesmo que o tema e os documentos utilizados por Buffone sejam diferentes dos trabalhados nesta monografia, considero interessantes os apontamentos feitos pelo autor, visto que este busca problematizar uma visão oficial do casamento.

Sobre Pomeroy, Buffone afirma que:

Segundo a classicista, a legislação romana afetava fortemente as mulheres, especialmente no que tange às áreas de casamento, herança e tutela, uma vez que o princípio da fraqueza (*infirmitas sexus*) e da extravagância do sexo feminino (*levitas animi*) foram as justificativas para colocar as mulheres, na teoria, sob a custódia dos homens, personificado no poder do *paterfamilias*. Na perspectiva de S. Pomeroy, as únicas formas para se livrar desse poder eram se tornar uma vestal ou passar para o poder (*manus*) de um esposo, mas esses procedimentos necessitavam da autorização do *paterfamilias* e, aparentemente, não cortavam completamente a autoridade do patriarca.⁵²

⁵¹ “A História das Mulheres deve ser contada agora, não apenas por ser um aspecto legítimo da história social, mas porque o passado ilumina problemas contemporâneos nos relacionamentos entre homens e mulheres”. Tradução livre da autora.

⁵² BUFFONE, Mateus Henriques. **Rindo do casamento romano**: uma análise das relações conjugais nas comédias *Amphitruo*, *Aulularia*, *Casina* e *Menaechmi* de Plauto. 2013. 133f Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História. Defesa: Curitiba, 13/03/2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1884/30452>>. P. 27.

A partir das considerações de Buffone, pode-se perceber de que maneira Pomeroy se utilizava de um discurso pautado nas fontes legislativas para analisar a opressão sofrida pelas mulheres, não por entender que as bases legais garantiam os direitos femininos, mas sim ressaltando como a própria legislação limitava a prática feminina na Antiguidade. Observa-se, com isso, a influência feminista na construção do discurso histórico de Pomeroy, visto que as primeiras reivindicações da luta pelos direitos femininos foi dar voz à dominação exercida pelos homens durante todo o curso da História.

Posteriormente, Buffone cita Eva Cantarella, cuja obra *Pandora's Daughters: The role and Status of Women in Greek and Roman Antiquity*, publicada em 1981, também faz referência aos usos da legislação como fonte para pensar a mulher romana em especial na instituição mais utilizada da esfera pública – o casamento.

Segundo Buffone,

Defendendo a importância da documentação legal, que é o centro de seu trabalho, E. Cantarella aponta que, essa categoria de documentos, é formadora de uma visão aparentemente objetiva e neutra das vidas das mulheres e que, mesmo quando existem discrepâncias entre a regulação jurídica formal da sociedade e a “realidade”, as diferenças somente podem ser avaliadas a partir da análise prévia do que constitui a lei.⁵³

Cantarella também foi uma das primeiras autoras a ter a influência da luta feminista em seus escritos sobre a Antiguidade, o que fica evidente em sua busca por questões que afetavam suas contemporâneas, em especial no que diz respeito à garantia de liberdades individuais. Entretanto, em seus estudos a autora também leva em conta a possibilidade dos costumes agirem em maior ou menor proporção dependendo da localidade, revelando assim uma postura que se apresenta mais flexível em relação à análise das fontes legislativas.

Posteriormente, Buffone cita autores que possuem uma perspectiva mais abrangente em relação à legislação romana, entre os quais Hölkeskamp, Treggiari e

⁵³ Idem, *Ibidem*, p. 28

Hersch, estudiosos que flexibilizam a noção do casamento e das análises das fontes legislativas. O primeiro destes autores afirma que

Os conceitos e categorias romanas, com sua ênfase na lei e nas relações de poder, parecem estar de alguma forma em desacordo com a complexa realidade na qual as relações pessoais, laços do dever familiar (*pietas*) e obrigação mútua, ideais, normas, estilos de vida, hábitos culturais e pressões sociais estavam inextricavelmente interligados.⁵⁴

Com isso, pode-se perceber de que maneira as relações que se estabelecem entre os sujeitos históricos são de extrema importância na análise da legislação romana, pois é possível compreender de maneira mais complexa como a lei é um discurso oficial que pode se afastar das práticas estabelecidas em todo o império, especialmente nas regiões periféricas, onde a influência dos costumes locais interfere na prática e na execução da lei.

O intuito deste capítulo é esclarecer de que maneira a análise da legislação é realizada com diversos intuítos políticos e ideológicos. Existem juristas que analisam as leis a partir de uma visão de História linearizada, não levando em consideração as relações interpessoais, considerando a disciplina histórica como secundária, sem analisar de maneira crítica o contexto de produção da documentação. As dificuldades que se apresentam neste tipo de análise ocorrem devido à simplificação do processo histórico, no qual os sujeitos estudados são apenas aqueles ligados ao poder, desqualificando as camadas populares da sociedade.

Existem também pesquisadoras, especialmente aquelas fortemente influenciadas pelo movimento feminista, que buscaram na legislação do mundo antigo respostas aos anseios contemporâneos, compreendendo que modelos de opressão feminina se estabeleceram no Ocidente a partir do que existia no mundo clássico. Percebo que estas pesquisadoras foram de essencial importância para a inserção dos estudos sobre as mulheres no meio acadêmico; entretanto, o posicionamento destas estudiosas, que constantemente buscam reforçar a inferioridade feminina, ressaltando apenas a opressão sofrida, não condiz com a perspectiva que procuro adotar, que

⁵⁴ HÖLKESKAMP Apud Buffone, *Ibidem*, p. 33.

entende as relações interpessoais estabelecidas como sendo também essenciais na compreensão do que as mulheres viviam.

Por fim, existem pesquisadores, como o já citado Hölkeskamp, que buscam analisar a legislação romana por meio de um viés que prioriza o contexto e as relações estabelecidas entre centro/periferia, sendo esta perspectiva a que procuro adotar, enfatizando que nem sempre as leis romanas eram seguidas a risca, seja por uma questão dos costumes locais, seja pela maneira com que as mulheres eram tratadas em certas regiões. Com isso, busco analisar a fonte em questão de maneira a ressaltar como se faz necessário problematizar as diversas situações que existem no contexto, como a relação entre legislação e os costumes locais, as leis que garantiam os direitos femininos e o tratamento específico das mulheres no contexto.

No próximo capítulo, procuro discutir de que maneira é possível inquirir acerca de uma visão da História das mulheres que sempre via no mundo antigo a opressão, e não a reivindicação por parte das mulheres. De outro lado, busco também discutir como os apontamentos pós-coloniais auxiliam nos estudos sobre o Egito Romano, pois questionam visões como dominação/dominada, enriquecendo os debates acerca do mundo antigo.

4 ENTRECruzAMENTOS CULTURAIS

Neste capítulo, busco fazer algumas colocações que considero pertinentes acerca dos estudos pós-coloniais, especialmente no que diz respeito às contribuições que estes fazem nos estudos sobre a Antiguidade, tornando as análises mais complexas e trazendo à investigação diferentes sujeitos históricos, até então marginalizados, além de discutir brevemente o conceito de Romanização e sua utilização no meio acadêmico. Posteriormente, procuro fazer uma análise de como vários elementos se entrecruzam no documento estudado – as relações de gênero, o fato de ser um período romano tardio e a presença da cristandade.

4.1 ESTUDOS PÓS-COLONIAIS E ROMANIZAÇÃO: POSICIONAMENTOS TEÓRICOS

Para iniciar esta sessão do terceiro capítulo, considero interessante fazer um brevíssimo apanhado de como o conceito de pós-colonialismo se estrutura como um novo campo de análise na academia. Há um consenso geral de que os estudos pós-coloniais têm seu marco inicial com a publicação da obra *Orientalismo*, de Edward W. Said. No livro, o autor se propõe a discutir como o Oriente é, em grande parte, inventado e construído a partir de concepções do Ocidente baseadas na diferença – de um lado, há o Ocidente racional e progressista; do outro, o Oriente bárbaro e místico que precisa ser colonizado.

Com o fim das colônias o século XX, especialmente na Ásia e na África, os estudos pós-colonialistas se iniciam na área da crítica literária e diversos autores – entre os quais Said – buscavam problematizar a relação entre os territórios colonizados e as marcas deixadas pelo imperialismo, especialmente no âmbito cultural, considerando a

produção literária e os embates sofridos pelos autores neste entrecruzamento de relações dominante/dominado.⁵⁵

Segundo Webster,

*Postcolonial theory is not simply anti-colonialism. Rather, it is an exploration of colonial cultural politics, the main thrust of which is the critique of the process by which knowledge about the colonial Other was produced.*⁵⁶

Além disso, Webster cita quatro pontos principais da teoria pós-colonial. O primeiro diz respeito à descentralização das categorias de conhecimento ocidentais, dando ênfase à história das margens em virtude de uma centralidade do Ocidente. O segundo ponto busca articular de maneira ativa a história dos povos colonizados, ressaltando elementos de resistência. O terceiro ponto busca a desconstrução dos modelos binários utilizados pelo ocidente para descrever sua relação com as colônias, como centro/periferia, metrópole/colônia, eu/outro. O quarto e último ponto critica de que maneira existe uma relação intrínseca entre imperialismo e poder na construção do discurso acerca do outro, visto que é a partir desta ligação que passam a existir representações de um outro inferior, sendo estes discursos construídos utilizados para legitimar a invasão.⁵⁷

Estas discussões se estenderam a outros campos – inclusive à História –, trazendo discussões acerca das relações fluídas que se estabelecem entre os colonizadores e os colonizados, especialmente no campo da História Moderna e Contemporânea. Entretanto, seria possível utilizar estes questionamentos na História Antiga?

⁵⁵ WEBSTER, Jane. **Roman Imperialism and the Post-Imperial Age**. Leicester: School Of Archaeological Studies, 1996. Disponível em: <https://ira.le.ac.uk/bitstream/2381/28431/1/1%20Webster.pdf>.

⁵⁶ “A teoria pós-colonial não é simplesmente anti-colonialismo. Pelo contrário, é uma exploração da política cultural colonial, sendo seu principal impulso a crítica do processo pelo qual o Outro colonial é produzido”. Tradução livre da autora.

⁵⁷ WEBSTER, Jane. *Op. cit.*, p. 7.

Para fazer algumas reflexões acerca da questão, me utilizo de um pequeno artigo publicado online⁵⁸ pelo professor David Mattingly, docente da cátedra de Arqueologia Romana na *Leicester University*, no Reino Unido. Segundo o autor,

*Some classicists and some modern historians have objected that it is not legitimate to compare the Roman Empire with later (or earlier) manifestations of imperialism. Opinion is divided, and many differences between Roman imperialism and modern capitalist empires have been pointed out. But I have no problem with using terms like “empire,” “imperialism,” “colonialism,” and “colonization” in relation to the Roman state as long as proper definitions are offered.*⁵⁹

A partir do que foi acima oposto, pode-se entender que há uma preocupação em teorizar acerca da validade da utilização do termo imperialismo no contexto de Roma, tanto historiadores do mundo antigo como historiadores da contemporaneidade discutem a legitimidade e os usos do conceito sem torná-lo anacrônico. Para historiadores que compartilham do ponto de vista de Mattingly, é necessário pensar de que maneira o Império Romano se utilizou de vários instrumentos ao longo do tempo que garantiram a manutenção do Império, não sem resistência e embates nos espaços colonizados.

A partir disso, Mattingly passa a analisar os modelos interpretativos que foram utilizados para pesquisar o Império Romano. Ele se concentra brevemente na Teoria da Romanização e, para ter um tratamento mais aprofundado, me utilizarei de alguns textos do professor Richard Hingley, professor do departamento de Arqueologia da *Durham University*, também no Reino Unido.

Segundo Hingley, a construção da imagem de Roma se deve muito ao contexto em que os estudos sobre a Antiguidade foram realizados: muitos imperadores, desde a Europa medieval até Elizabeth I, utilizaram-se de um “legado” romano para dar mais

⁵⁸ O artigo pode ser encontrado no site: <http://muse.jhu.edu/journals/hsp/summary/v012/12.1.mattingly.html>

⁵⁹ “Alguns classicistas e alguns historiadores da modernidade têm alegado que não é legítimo comparar o Império Romano com manifestações posteriores (ou anteriores) de imperialismo. A opinião fica dividida, e muitas diferenças entre o imperialismo romano e os impérios capitalistas modernos foram apontadas. Mas eu não tenho problema em usar termos como ‘império’, ‘imperialismo’, ‘colonialismo’ e ‘colonização’ em relação ao Império Romano desde que definições adequadas sejam oferecidas.” Tradução livre da autora.

ênfase a seus poderes. Entretanto, a abordagem principal de Hingley se dá no período de 1899 a 1914 na Grã-Bretanha, e ele aponta dois fatores que são relevantes para o entendimento da questão: em primeiro lugar, o grande papel da educação clássica na Grã-Bretanha; em segundo lugar, a ascensão da Alemanha enquanto Império, destituindo a Grã-Bretanha de seu absoluto poderio. Por muito tempo utilizou-se um mito de origem que defendia a herança anglo-saxônica dos povos britânicos; entretanto, com o poder alemão equiparando-se ao britânico – ao ponto de tornar-se uma ameaça –, este mito não tinha mais validade e, por este motivo, buscou-se a raiz romana, que garantia uma espécie de ideia de continuidade cultural.⁶⁰

Neste contexto, os estudos de Francis Haverfield demonstram conceitos importantes: o de assimilação e o de incorporação. Para Haverfield, a *romanização* ocorrida em território britânico foi de grande maneira positiva – visava levar ao progresso uma terra supostamente atrasada. Além disso, o desejo dos nativos é de se tornarem progressivamente romanos, visto que estes últimos carregavam características melhores do que as populações indígenas, sendo esta a explicação encontrada por Haverfield esclarecer as mudanças sofridas na cultura material, que passaram de nativas a romanas.⁶¹

Um ponto interessante a ser ressaltado a partir destes estudos é o fato do uso dos conceitos de *humanitas* e de *barbárie*. Partindo do ideal de que *humanitas* foi traduzido como “civilização”, passava a existir uma justificativa moral que legitimava a dominação de outros povos. Além disso, a *humanitas* levada por Roma tiraria estas comunidades do “barbarismo” em que estavam. Esta ideia foi retomada e readaptada durante o século XIX, sendo bastante utilizada pelas potências imperialistas – em especial, a Inglaterra –, que construiu de uma base conceitual que via um “progresso” da civilização “bárbara” até esta estar totalmente transformada em romana – “romanizada”.⁶²

Este discurso, então, passou a ser uma construção que justificava as ambições imperialistas do século XIX, que definiu um “centro” provido de um aparato intelectual e cultural considerado superior, enquanto as periferias ocupavam posições de

⁶⁰ HINGLEY, Richard. **O imperialismo romano**: novas perspectivas a partir da Bretanha. São Paulo: Annablume, 2010. Pp. 28-32.

⁶¹ Idem, pp. 33-34.

⁶² Idem, p. 68.

subserviência em relação a este centro, sendo caracterizados de acordo com seu “grau de civilização”. A principal questão a ser levantada é o fato de que os estudiosos que buscavam legitimar este ponto de vista utilizavam fontes escritas pela elite romana e consideravam estas como sendo uma espécie de verdade absoluta, sem problematizar as questões provinciais e sua relação com o poder imperial.⁶³

Após estes apontamentos sobre o significado do contexto de Romanização, retorno ao texto de Mattingly, onde o autor afirma que:

*The conventional metanarrative of Rome emphasizes its grandeur, its relative uniformity, its longevity, its positive impacts in bringing to new areas (or taking to new levels) the entity called classical civilization. For more than one hundred years the dominant paradigm for explaining the cultural transformations of Rome, its subjects, and neighbors has been Romanization.*⁶⁴

Com isso, pode-se perceber como tanto Hingley como Mattingly compartilham de uma visão acerca do conceito de Romanização que o entende como uma construção posterior que busca sempre acentuar o caráter positivo da dominação romana, além de ter sido um instrumento político utilizado por vários governos para justificar campanhas colonizadoras, que na maioria das vezes – senão em todas – foi extremamente violenta para com os povos que tiveram seus territórios invadidos.

Este modelo teórico busca problematizar a visão do legado cultural romano como sendo sempre positivo, sem resistência por parte das colônias e com a ideia de uma aceitação total da cultura romana “dominante” no lugar de uma cultura mais atrasada, que estava associada aos dominados. Esta é a visão que compartilho ao estudar o Egito Romano⁶⁵, visto que entendo o processo histórico como dinâmico entre Roma e as províncias que foram incluídas ao Império, ressaltando que não existe um modelo que defina a quais níveis a intervenção romana existiu – logo, o quanto uma sociedade foi romanizada.

⁶³ Idem, pp. 69-73.

⁶⁴ “A metanarrativa convencional sobre Roma enfatiza sua grandeza, sua relativa uniformidade, sua longevidade, seu impacto positivo em levar para novas áreas (ou para outros níveis) a entidade chamada de civilização clássica. Por mais de mil anos o paradigma dominante para explicar as transformações de Roma, seus sujeitos e seus vizinhos foi a Romanização” Tradução livre da autora.

⁶⁵ Vale aqui ressaltar que, apesar das pesquisas de Hingley e Mattingly serem relacionados à Bretanha Romana, me utilizo destes estudos como um modelo teórico que serve como base para entender de que maneira as relações que se davam entre Roma e suas províncias – neste caso, o Egito.

Aqui vale salientar também que todo estudioso escreve a partir de seu tempo, de seus conceitos e daquilo que vivencia e acredita. Da mesma maneira, muitas das fontes foram escritas a partir de situações específicas e, muitas vezes, por uma razão específica. Ignorar este ponto e tratar as fontes como destituídas de aspirações (sejam políticas, administrativas ou relacionadas a outros valores) é perder de vista as relações existentes nos processos históricos.

Para contrapor a visão utilizada por Hingley e Mattingly – que também é adotada neste trabalho – e explorar mais alguns pontos acerca do contexto do Egito Romano, me utilizo da tese de doutorado de Eduardo Lobianco. Após citar as contribuições de autores como Richard Hingley e Jane Webster, Lobianco afirma que:

Pelo acima exposto é possível detectar-se que tais escritos utilizam como estudo de caso, regiões colonizadas por Roma na porção ocidental de seu Império: sobretudo a Britânia. Entretanto, a região que ora me proponho a pesquisar e que portanto será confrontada com as teorias acima apontadas, não é uma província do Ocidente, mas ao contrário, uma área que se localizava na porção extremo-oriental, no sudoeste do Império, e cuja população guardava, desde muitos séculos antes da entrada de Roma no cenário mundial, uma identidade sólida.⁶⁶

Posteriormente, o autor faz menção à influência helenística no período dos ptolomaicos, ressaltando como o Egito Romano é um estudo de caso sem precedentes. Entendo que a posição de Lobianco se dá por este compreender que o Egito possuía uma estrutura administrativa e social que divergia daquela estudada na Bretanha por Hingley, em virtude especialmente dos elementos incorporados a partir do contato com a cultura helênica, mas ainda assim faz-se necessário ressaltar que não se pode definir de maneira exata a influência romana em uma província, principalmente em razão deste autor se utilizar majoritariamente de discursos oficiais relacionados ao direito e à religião. Além disso, Lobianco se utiliza – assim como Vasques⁶⁷ – do conceito de

⁶⁶ LOBIANCO, Luís Eduardo. **A Romanização do Egito**: Direito e Religião (séculos I a.C. – III d.C.) Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2006_LOBIANCO_Luis_Eduardo-S.pdf. P. 19.

⁶⁷ VASQUES, Marcia Severina. **Crenças funerárias e identidade cultural no Egito Romano**: máscaras de múmia. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-07082006-104608>. Pp. 5-8.

etnicidade que, apesar de ser enriquecedor na pesquisa, não pode ser aplicado em todas as situações, visto que muitos documentos não oficiais deixam de apresentar as características de identidade.

A utilização de conceitos pré-estabelecidos como romanização, sem contextualizá-los enquanto produção de um contexto posterior, faz com que o processo histórico seja diminuído a uma narrativa que se entende como objetiva e sistemática, sem levar em consideração as relações com outras problemáticas entrecruzadas – no caso da fonte aqui utilizada, especialmente o conceito de gênero –, que enriquecem o discurso histórico e possibilitam abordagens que contemplam questões até então deixadas de lado.

4.2 POSSIBILIDADES DE ANÁLISES CRÍTICAS DA ANTIGUIDADE

Nesta parte do capítulo, busco esclarecer de que maneira a análise da fonte escolhida se configura como um ponto de reflexão que diverge da historiografia tradicional, além de traçar paralelos a partir dos capítulos já apresentados nesta monografia.

O primeiro ponto que considero relevante a ser estudado é a escolha do contexto do Egito Romano, que se deu pela curiosidade e pelos questionamentos acerca das relações que se estabelecem nas regiões periféricas do império, sendo o Egito romano um campo rico para se pensar questões culturais que se entrecruzam. Além disso, o campo de estudos acerca do Egito Romano não tem expressividade no país, sendo poucos os estudos que tratam deste contexto, e esta monografia é também uma maneira de contribuir ao universo acadêmico acerca do tema supracitado.

Gostaria também de salientar de que maneira se estabelece a ligação entre os estudos pós-coloniais e o contexto estudado. A utilização deste conceito nesta pesquisa se dá pelo fato de que considero necessário analisar o processo histórico de maneira crítica, levando em consideração como as questões contemporâneas influenciam na produção da narrativa histórica.

Como já foi exposto na primeira parte deste capítulo, os estudos pós-coloniais no contexto da Antiguidade buscam problematizar conceitos pré-estabelecidos como “romanização”, questionando em quais circunstâncias esta concepção foi idealizada e quais eram seus propósitos.⁶⁸ No que diz respeito especificamente ao Império Romano e as relações estabelecidas com suas colônias, concordo com Mattingly quando este afirma que:

*I believe that a different perspective is gained if we shift our focus from the Roman Empire's core to its peripheries. The view from the frontier lands shows that the fruits of Roman civilization were somewhat less self-evident in these areas.*⁶⁹

É a partir dos pressupostos de Mattingly que busco direcionar esta pesquisa, entendendo os espaços de fronteira do Império Romano enquanto ambiente que proporciona múltiplas trocas culturais, onde é possível perceber a influência da cultura nativa e romana, o que torna extremamente rico os contextos estudados. Para sintetizar este posicionamento, retomo a seguinte colocação de Mattingly:

*Instead of the unidirectionality and homogeneity of Romanization, let us highlight the essential dynamism, diversity, and multidirectionality of cultural processes. It is readily apparent that, like imperialism itself, the cultural effects of empire varied over time, space, and across society. In negotiating and expressing identity in the Roman Empire, subjects did not simply position themselves along a straight-line graph that ran from uncivilized (native) to highly civilized (Roman).*⁷⁰

⁶⁸ Mesmo que não tenha sido um tema utilizado nesta monografia, o conceito de “usos do passado” se caracteriza como ferramenta importante na compreensão de apropriações posteriores da História, especialmente da Antiguidade. A respeito desta concepção, ver HOBBSBAWN, Eric. “Introdução: A Invenção das Tradições”. In: HOBBSBAWN, E. e RANGER, T. (org.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

⁶⁹ “Acredito que uma perspectiva diferente é alcançada se trocarmos o foco do Império Romano do núcleo para as periferias. A visão das fronteiras mostra que os frutos da civilização romana eram menos óbvios nestas áreas” Tradução livre da autora.

⁷⁰ “No lugar da unidirecionalidade e homogeneidade da Romanização, vamos destacar o dinamismo, a diversidade e a multidirecionalidade do processo cultural. É facilmente perceptível que, como no próprio imperialismo, os efeitos culturais do império variavam conforme o tempo, o espaço e através das sociedades. Ao negociar e expressar identidade no Império Romano, os sujeitos não apenas se posicionaram ao longo de um gráfico linear que ia de incivilizado (nativo) até civilizado (romano)”. Tradução livre da autora.

Considero aqui importante salientar de que maneira a análise da fonte escolhida contribui para os estudos sobre as mulheres. A partir da exposição do documento, no segundo capítulo, pode-se perceber de que maneira o sujeito histórico do papiro busca seus direitos, que eram garantidos pela lei. Isso pode representar dois pontos: o primeiro é a ideia de que a prática de violência – seja esta física ou verbal – era constante no contexto; o segundo é o fato de que esta mulher recorre aos instrumentos jurídicos para que sejam garantidos seus direitos.

Em relação ao primeiro ponto, cabe voltar ao primeiro capítulo, no qual fiz alguns apontamentos acerca da História das mulheres. A partir do momento em que as mulheres passam a fazer parte da prática histórica – seja como sujeitos estudados, seja enquanto pesquisadoras – há um enfoque nas relações de opressão que ocorreram ao longo da História, com ênfase na mulher enquanto vítima de um universo patriarcal e opressor. O intuito desta pesquisa não é negar a opressão sofrida pelas mulheres, seja dentro de casa ou a partir de instituições que naturalizaram a violência e objetificaram a mulher; entretanto, considero de vital importância salientar os meios pelos quais as mulheres buscaram seus direitos e lutaram contra a opressão sofrida.

A partir do documento estudado nesta monografia, pode-se perceber de que maneira há uma busca da requerente para que seus direitos sejam respeitados, o que indica não apenas o relato das agressões sofridas, mas principalmente uma tentativa de parar com os abusos sofridos. Isso evidencia de que maneira a mulher deste documento, por meio de instrumentos legais, busca modificar a situação em que vive, não tolerando a situação extrema em que se encontra.

Com isso, pode-se observar de como fica explícito que, dentro dos mais variados contextos, as mulheres procuravam meios de luta, sejam eles a partir dos instrumentos legais oferecidos – como neste estudo de caso – ou ainda a partir de outras formas de resistência. Com esta análise, busco acentuar como as mulheres foram sujeitos ativos no processo histórico, a elas não cabendo o papel de submissas, mas sim de indivíduos que se utilizam dos meios possíveis para que pudessem manter sua autonomia e independência, mesmo que muitas vezes passassem por situações de violência física ou verbal.

Vale aqui também ressaltar de que maneira a legislação romana garantia os direitos femininos, enquanto que outras práticas, como o *paterfamilias*, tiveram poucas

raízes no Egito romano. Entretanto, a garantia e manutenção dos direitos das mulheres no contexto apresentado também indica uma predominância de uma sociedade marcada pela violência contra estas, cuja base jurídica representa um dos meios para reivindicar as garantias garantidas por lei.

As discussões acerca da legislação se entrecruzam com os questionamentos sobre a história das mulheres, visto que, como foi apontado no segundo capítulo, muitas estudiosas feministas da Antiguidade relacionaram as leis do império romano como sendo opressoras das mulheres. Entretanto, faz-se necessário analisar que muitas vezes estas mesmas leis propiciavam um respaldo legal para que mulheres buscassem independência e pudessem se desvincular de figuras como pais e maridos que praticavam algum tipo de violência.

Por outro lado, é importante salientar de que maneira os costumes do Egito modificaram a maneira e os usos da legislação, ressaltando assim as peculiaridades de cada localidade nos entrecruzamentos que se estabelecem. Evidencio aqui principalmente o fato de se tratar de um período em que há uma cristandade consolidada em território egípcio, difundindo a ideia de que a igreja servia também como instrumento jurídico entre os indivíduos, o que fica explícito a partir da fonte, onde o juiz de paz é um homem da igreja.

Com isso, pode-se observar a diversidade do contexto da fonte, e se faz necessário pensar várias questões que vão além de uma linha de pensamento tradicionalista, metódica e sistemática da História. Ao invés de pensar os parâmetros de homogeneidade, esta pesquisa propõe a discutir questões que procuram tornar a narrativa histórica mais complexa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta monografia era demonstrar como, a partir da documentação escolhida, pode-se fazer uma análise diferente acerca da História das mulheres, que prioriza as mulheres enquanto sujeitos ativos do processo histórico, e não apenas como oprimidas e silenciosas. Além disso, procurei entender as relações entre legislação e seu contexto de produção, para poder analisar de que maneira o requerimento feito passa por um processo em que a lei não é a verdade total acerca das práticas do local e do contexto.

A partir do que foi exposto nos três capítulos desta monografia, foi possível analisar como o documento escolhido faz um ponto de contraposição com a historiografia sobre a Antiguidade, que retrata as mulheres como subservientes. Quando a mulher – o sujeito histórico do papiro estudado – busca seus direitos, ela demonstra uma maneira de luta, mesmo que não seja com violência ou através da organização com semelhantes.

A partir disso, é interessante notar que, mesmo com a violência contra as mulheres sendo presente desde a Antiguidade – e provavelmente em contextos anteriores –, estas sempre buscaram meios de reivindicação, não aceitando a violência imposta. Isso demonstra um caráter interessante por parte da historiografia que, quando busca diminuir a influência feminina no processo histórico, constrói uma imagem das mulheres enquanto vítimas do patriarcado, ressaltando o caráter do *paterfamilias* e da subserviência feminina.

Por este motivo foi importante utilizar um documento de um contexto tardio e do Egito, pois foi confrontado, a partir da historiografia e do papiro, que muitas vezes as práticas dos locais influenciavam na manutenção de certas tradições que dizem respeito às mulheres que viviam no Egito sob o Império Romano. Exemplo disso é a relativa independência que as mulheres do Egito Romano demonstravam em questões como o casamento e o divórcio.

Na análise do documento e a partir das leituras realizadas, pude perceber como no Egito Romano a prática da violência contra as mulheres era condenada, visto que não apenas existiam meios legais contra os abusos sofridos, como a tradição de mulheres

com autonomia em relação ao seu casamento dava espaço para reclamações como a utilizada nesta monografia.

Por fim, vale ressaltar que os estudiosos analisam as mulheres do passado a partir da percepção que têm destas no presente; sendo assim, ao ver as mulheres como vítimas, há a ideia de que estas não podem ser contrárias ao modelo de opressão que vivem. Ao considerar as mulheres do passado como ativas no processo histórico, pretendi demonstrar como as vejo no presente: lutando da maneira que é possível contra as instituições que se estabelecem contra a liberdade feminina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Andreza de Oliveira. **Gênero e História das Mulheres: diálogos conceituais.** Disponível

em:http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2009%20-%20Andreza%20de%20Oliveira%20Andrade.PDF.

BUFFONE, Mateus Henriques. **Rindo do casamento romano: uma análise das relações conjugais nas comédias Amphitruo, Aulularia, Casina e Menaechmi de Plauto.** 2013. 133f Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História. Defesa: Curitiba, 13/03/2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1884/30452>>.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

EVANS, Katherine E. **Domestic Violence and Women's Rights in Roman Egypt: The Case of P. Oxy. VI.903.** Disponível em: http://kasevans.com/EvansK-POxy903_ViolenceAgainstWomen.pdf.

FINLEY, Moses. **As mulheres silenciosas de Roma.** In: *Aspectos da Antigüidade.* Trad. Eduardo Saló. Portugal: Edições 70, 1990

FONTANA, Josep. **Historicismo e Nacionalismo.** In: _____. *A História dos Homens.* Bauru: EDUSC, 2004.

HINGLEY, Richard. **O imperialismo romano: novas perspectivas a partir da Bretanha.** São Paulo: Annablume, 2010.

LOBIANCO, Luís Eduardo. **A Romanização do Egito: Direito e Religião (séculos I a.C. – III d.C.)** Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2006_LOBIANCO_Luis_Eduardo-S.pdf.

MATOS, Maria Izilda S., **Estudos de Gênero: Percursos e Possibilidades na Historiografia Contemporânea.** Cadernos Pagu, v. 11, 1998.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005

PERROT, Michelle. (org.) **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento, 1991. Vol. 1: A Antiguidade.

POMEROY, Sarah. **Goddesses, Whores, Wives and Slaves – Women in Classical Antiquity**. Baltimore: John Hopkins, 1989

REIS, José Carlos. **A Escola Metódica Dita “Positivista”**. In: *A História: entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Ática, 1999.

ROWLANDSON, Jane (Org.). **Women and Society in Greek and Roman Egypt: A Sourcebook**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

SILVA, Tânia Maria Gomes. **Trajatória da Historiografia das Mulheres no Brasil**. Politeia: Hist. e Soc. Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, 2008.

TILLY, Louise. **Gênero, História das Mulheres e História Social**. Cadernos Pagu. Campinas, v. 3, 1994.

VASQUES, Marcia Severina. **Crenças funerárias e identidade cultural no Egito Romano: máscaras de múmia**. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-07082006-104608>.

WEBSTER, Jane. **Roman Imperialism and the Post-Imperial Age**. Leicester: School Of Archaeological Studies, 1996. Disponível em: <https://lra.le.ac.uk/bitstream/2381/28431/1/1%20Webster.pdf>.

